RESOLUÇÃO n.º 588/2024,
27 de março de 2024.

O Presidente do Conselho Universitário (Consuni), Professor Kaio Henrique Coelho do Amarante, no uso de suas atribuições e de acordo com o Parecer Consuni n.º 2, de 20 de março de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar Curso de Pós-Graduação *lato sensu* Especialização em Direito do Trabalho e o Futuro do Trabalho e da Previdência.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Kaio Henrique Coelho do Amarante
Presidente do CONSUNI

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO

E O FUTURO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA

Lages
2022

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO....4

1.1 Curso....4

1.2 Modalidade....4

1.3 Grande Área do Conhecimento....4

1.3.1 Área do Conhecimento....4

1.3.2 Subárea do Conhecimento....4

1.4 Origem do Projeto....4

1.5 Instituições Participantes....4

1.5.1 Instituição Promotora....4

1.5.2 Instituição Conveniada....4

1.6 Regulamentação**....4**

1.7 Local de Realização....4

1.8 Autoria do Projeto....4

2 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO....4

2.1 Certificação e ou Titulação....5

2.2 Número de Turmas....5

2.3 Número de Vagas....5

2.4 Número Mínimo de Matriculados para o Funcionamento....5

2.5 Público-alvo....5

2.6 Período de Realização do Curso....5

3 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO....5

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA....6

4.1 Linhas de Pesquisa....6

4.2 Objetivo Geral....6

4.3 Objetivos Específicos....6

4.4 Estrutura Curricular, Número de Créditos, Carga Horária....6

4.5 Ementário e Referências Bibliográficas....7

5 INFRAESTRUTURA....20

5.1 Infra-estrutura e Funcionamento do Curso....20

5.2 Cronograma.....20
6 TRABALHO DE CURSO - TC.....20
6.1 Da Elaboração.....20
6.2 Da Modalidade.....20
6.3 Do Acompanhamento.....20
6.4 Da Avaliação.....20
7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....21
7.1 Do Processo de Avaliação de Aprendizagem.....21
7.2 Do Processo de Avaliação do Curso.....21
7.3 Da Conclusão do Curso.....21
7.4 Da Emissão do Certificado.....21
8 CORPO DOCENTE.....22
8.1 Disciplina, carga horária, nome do docente, titulação, instituição de origem.....22
8.2 Currículo lattes resumido dos docentes indicados.....23
8.3 Identificação da Coordenação do Curso.....23
8.3.1 Nome do (a) Coordenador (a).....23
8.3.2 Titulação do (a) Coordenador (a).....23
8.3.3 Instituição de formação do (a) Coordenador (a).....23
8.3.4 Endereço do (a) Coordenador (a).....23
9 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.....23
10 ANEXOS.....23

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Curso: Especialização em Direito do Trabalho e o Futuro do Trabalho e da Previdência
1.2 Modalidade: Presencial.

1.3 Grande Área do Conhecimento : Ciências Sociais Aplicadas - 6.00.00.00-7

1.3.1 Área do Conhecimento: **Direito - 01.00.00-1**

1.3.2 Subárea do Conhecimento: **Direito do Trabalho 6.01.03.03-5**

1.4 Origem do Projeto: Coordenação de Pós-Graduação /PROPEPG

1.5 Instituições Participantes

1.5.1 Instituição Promotora: Uniplac.
1.5.2 Instituição Conveniada: AMATRA.

1.6 Regulamentação

Resolução Consuni n° 186, de 03 de novembro de 2015 e Resolução MEC 001 de 06/04/2018

1.7 Local de Realização

Dependências da Uniplac e ambiente on line.

1.8 Autoria do Projeto e Coordenação

Nome do Coordenador: Andréa Maria Limonji Pasoldi

2 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

2.1 Certificação e/ou Titulação

Especialista em Direito do Trabalho e o Futuro do Trabalho e da Previdência

2.2 Número de Turmas

01.

2.3 Número de Vagas

40.

2.4 Número Mínimo de Matriculados para o Funcionamento

20

2.5 Público-alvo

Bacharéis em Direito, Economia, Contabilidade, Administração, dentre outras áreas afins.

2.6 Período de Realização do Curso

De acordo com o Edital a ser publicado pelas Instituições promotora e conveniada.

3 JUSTIFICATIVA

A Uniplac em convênio com a AMATRA12, oferecerá o presente curso a nível de especialização.

O curso visa a aprimorar os conhecimentos dos operadores do Direito e de áreas afins, inclusive para possibilitar maior competitividade aos interessados em concursos para ingresso na magistratura do trabalho.

A realização de cursos desta natureza acarreta sensível melhoria na aplicação da justiça, tanto aos futuros juízes do trabalho, bem como aos advogados e demais profissionais vinculados à área trabalhista/previdenciária.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 Linhas de Pesquisa

Democracia, Cidadania e Sociedade

4.2 Objetivos Geral

Preparação técnico-jurídica e humanística de bacharéis em Direito, interessados em ingressar na carreira da magistratura do trabalho e carreiras afins;

4.3 Objetivos Específicos

- Preparação técnico-jurídica e humanística de bacharéis de Direito e de áreas afins, interessados em aprimorar conhecimentos e habilidades sobre rotinas de Direito do Trabalho e Previdenciário;
- Orientações sobre as formas de prevenir, conciliar e resolver conflitos de natureza trabalhista;

- Aprimorar o profissional nos aspectos técnicos e práticos para atuar no sistema do PJe, utilizado na Justiça do Trabalho;

- Incentivo à pesquisa e ao debate jurídico e humanístico, visando ao desenvolvimento harmônico do meio social.

4.4 Estrutura Curricular, Número de Créditos, Carga Horária

DISCIPLINAS	Carga horária	créditos
Compliance Trabalhista	12	1
Direito Administrativo	12	1
Direito Constitucional	36	3
Direito Coletivo do Trabalho	24	2
Direito Individual do Trabalho	60	5
Direito Internacional e Comunitário	12	1

Direito Previdenciário	36	3
Direito Processual Civil	36	3
Direito Processual do Trabalho	48	4
Metodologia da Pesquisa	12	1
Direito Civil e Relações de Trabalho	24	2
Técnicas e Habilidades Trabalhistas	48	4
Total	**360h**	**30**

4.5 . Ementário e Bibliografia das Disciplinas

1.1.1 Compliance Trabalhista	
Carga Horária	12 horas
Ementa	1) Histórico. Conceito. Aplicação. 2) Direito comparado. 3) Normas de organização internacional. 4) Modelos públicos e privados. 5) O programa de compliance. Valores. Conduta e comportamento. Prevenção. Controle. Punição. Modelo de gestão de riscos. 6) Responsabilidades. Consequências.
Referências	CARVALHO, André Castro; ALVIM, Tiago Cripa; BERTOCCELLI, Rodrigo de Pinho; VENTURINI, Otávio. Manual de Compliance. Rio de Janeiro: Forense, 2019. CARVALHO, Zenaide. Compliance trabalhista: práticas, riscos e atualidades. BSSP: 2019. NEGRÃO, Célia Lima; PONTELO, Juliana. Compliance, controles internos e riscos: A importância da área de gestão de pessoas. 2 ed., SENAC, 2019.

1.1.2 Direito Administrativo	
Carga Horária	12 horas
Ementa	1) Princípios informativos da administração pública. 2) Ato administrativo. 3) Vícios do ato administrativo. 4) Administração Direta e Indireta. 5) Poderes da administração. 6) Responsabilidade civil do Estado. 7) Controle jurisdicional de legalidade dos atos administrativos. 8) Bens públicos: imprescritibilidade e impenhorabilidade. 9) Agentes públicos: servidor público e funcionário público, Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei n. 8.112 de 11 de dezembro de 1990), direito de sindicalização e direito de greve do servidor público. 10) Improbidade administrativa. 11) Inquérito civil público. Ajustamento de conduta. 12) Serviço público.
Referências	BANDEIRA DE MELO, Celso Antonio. Curso de direito administrativo. 34ª. ed., São Paulo: Malheiros, 2019. 1127 p. CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 6. ed., Salvador: JusPodivm, 2019. 1248 p. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanellla. Direito administrativo. 32. ed. ver. atua. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 1117 p. GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. 17. ed. rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2012. 1168 p. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 43. ed. atual. por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestro Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2018. 831 p.

1.1.3 Direito Constitucional	
Carga Horária	36 horas
Ementa	1) Constituição. Poder Constituinte. Emenda. Reforma e Revisão Constitucionais. 2) Princípios constitucionais: validade, eficácia e

	aplicação. Princípios constitucionais do trabalho. 3) Normas constitucionais. 4) Dos direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais, difusos e coletivos. Tutelas constitucionais das liberdades: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção e ação popular. Dos direitos sociais. Da associação sindical: autonomia, liberdade de atuação. 5) Constituição e Processo: direito e garantias fundamentais de natureza processual. 6) Princípio da separação dos poderes. Do Poder Legislativo. Do Poder Executivo. Do Poder Judiciário. 6) Do Ministério Público. 7) Advocacia Geral da União. 8) Da Administração Pública. Servidores públicos. Princípios constitucionais. 9) Controle da constitucionalidade das leis. 10) Das finanças públicas. Fiscalização. Responsabilidades. 11) Ordem Social. Seguridade Social. Meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente, do idoso, dos índios. 12) Jurisprudência aplicável dos Tribunais Superiores.
Referências	BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 32. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2017. 863 p. BRANDÃO, Paulo de Tarso. Ações constitucionais – novos direitos e acesso à justiça. 2. Ed., Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006. 319 p. CANOTILHO, J.J. Gomes – Vital Moreira. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed., Coimbra: Edições Almedina, 2007. 1524 p. GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo constitucional e direitos fundamentais. 4 ed. São Paulo: RCS Editora, 2009. 276 p. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 35. ed., São Paulo: Atlas, 2019. 1000 p. SILVA, Afonso da Silva. Curso de direito constitucional positivo. 41. ed. rev. e atual., São Paulo: Malheiros Editores, 2018. 936 p.

Direito Coletivo do Trabalho	
Carga Horária	24 horas
Ementa	1) Direito Coletivo do Trabalho. Conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua solução. Negociação coletiva. 2) Relações coletivas do trabalho. Entidades sindicais. Liberdade sindical. Unicidade e

	pluralidade sindical. Convenção n° 87 da OIT. Organização sindical. Modelo sindical brasileiro. Conceito de categoria. Categoria profissional diferenciada. Dissociação de categorias. Membros da categoria e sócios do sindicato. Enquadramento sindical. Representatividade. Desmembramento. 3) Mediação e arbitragem no Direito do Trabalho. Poder normativo da Justiça do Trabalho. 4) Contrato Coletivo de Trabalho. 5) A greve no direito brasileiro. 6) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista. 7) Prevalência do convencionado sobre o legislado. 8) Orientações Jurisprudenciais, Precedentes Normativos e jurisprudência aplicável do Tribunal Superior do Trabalho.
Referências	BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 11. ed., São Paulo: LTr, 2017. 904 p. DELGADO. Maurício Godinho. A reforma trabalhista no Brasil. Com os comentários à Lei 13.467/2017. São Paulo, LTR, 2017. 381 p. COSTA, Marcelo Freire Sampaio. Curso de processo coletivo do trabalho: em consonância com a reforma trabalhista. São Paulo: LTr,2018. 300 p. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. 34. ed., São Paulo: Atlas, 2018. 1336 p. SANTOS, Ronaldo Lima dos. Sindicatos e ações coletivas: acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2019, 428 p.

1.1.4 Direito Individual do Trabalho	
Carga Horária	60 horas
Ementa	1)Direito do Trabalho: conceito, autonomia, fundamentos, formação histórica, tendências atuais. Flexibilização. Desregulamentação. 2) Fontes do Direito do Trabalho. Limitações à interpretação jurídica pela Justiça do Trabalho (Lei 13.467/2017). 3) Princípios do Direito do Trabalho. Distinção entre princípio e norma. 4) Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. Revogação. Irretroatividade. Direito adquirido.

	Segurança jurídica. 5) Relação de trabalho e relação de emprego Distinção. Conseqüências. 6) Relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, eventual, temporário, avulso. Portuário. Estágio. Cooperativas de mão-de-obra. Contratos de trabalho por equipe. Contratos de Trabalho com o Estado. Trabalho voluntário. Pessoa jurídica unipessoal. 7) Empregado e Empregador. Grupo econômico. Responsabilidade do sócio retirante. 8) Trabalho intermitente. Trabalho rural. Terceirização no Direito do Trabalho. 9) Contrato de emprego. Modalidades de contratos de emprego. 10) Trabalho infantil. Normas de proteção ao trabalhador ; adolescente, ao trabalho da mulher e das pessoas com deficiência. 11) Duração do trabalho. Jornada em tempo parcial e tempo integral. Teletrabalho. 12) Repousos. 13) Remuneração e salário. 14) Equiparação salarial. Desvio de função. Isonomia. 15) Alteração do contrato de emprego. 16) Interrupção e suspensão do contrato de trabalho. 17) Cessação do contrato de emprego. Aviso prévio. Rescisão. Obrigações decorrentes da cessação do contrato de emprego. 18) Estabilidade e garantias provisórias de emprego. 19) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. 20) Indisponibilidade de direitos. Renúncia e transação no Direito do Trabalho. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho. 21) Segurança e higiene do trabalho. Riscos ergonômicos. Insalubridade. Periculosidade. 22) Acidente de trabalho. Doenças profissionais e do trabalho. Normas regulamentadoras. 23) Súmulas, orientações jurisprudenciais e jurisprudência aplicável do Tribunal Superior do Trabalho; 24) Posicionamentos do TST acerca da Reforma Trabalhista produzida pela Lei 13.467/2017. 25) Direito Esportivo. 26) Aspectos de Direito Penal com reflexos no Direito do Trabalho.
Referências	BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 11. ed., São Paulo: LTr, 2017. 904 p. CAMINO, Carmen. Direito individual do trabalho. 4. ed., Porto Alegre: Síntese Editora, 2004. 570 p. DELGADO. Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 18. ed., São Paulo: LTr, 2019. 1773 p. DELGADO. Maurício Godinho. A reforma trabalhista no Brasil. Com

	os comentários à Lei 13.467/2017. São Paulo, LTR, 2017. 381 p. GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Élson. Curso de direito do trabalho. 19 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012. 797 p. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito do trabalho. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. 936 p. LISBOA, Daniel (Org.); MUNHOZ, José Lúcio. Reforma trabalhista comentada por juízes do trabalho: artigo por artigo. 2. ed. rev. aum. atual. São Paulo, LTr, 2019. 632 p. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. 34. ed., São Paulo: Atlas, 2018. 1336 p. PLÁ RODRIGUES, Américo. Princípios de direito do trabalho. Tradução de Wagner Giglio. São Paulo: LTr, 1993. 315 p. SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. Instituições de direito do trabalho. 20. ed., São Paulo: LTr, 2002. 1574 p.

1.1.5 Direito Internacional e Comunitário	
Carga Horária	12 horas
Ementa	1) Sujeitos do Direito Internacional Público: Estados e Organizações Internacionais. 2) Órgãos das relações entre os Estados: agentes diplomáticos; representantes consulares; convenções de Viena de 1961 e 1963; as Missões Especiais. 3) A Imunidade de Jurisdição dos Estados. Imunidade de Execução. 4) Atividades do Estrangeiro no Brasil: limitações (constitucionais); imigração espontânea e dirigida. 5) Tratados Internacionais: vigência e aplicação no Brasil. 6) Organização Internacional do Trabalho: história; órgãos; papel da Comissão de Peritos e do Comitê de Liberdade Sindical. Convenções e Recomendações Internacionais do Trabalho: vigência e aplicação no Brasil. 7) OMC e concorrência internacional. "Dumping Social", "Cláusula Social" e "Selo Social". Padrões trabalhistas mínimos. 8) Aplicação de lei trabalhista estrangeira: os princípios da lex loci execucionis e de locus regit actum. Direito comunitário: conceito e princípios e orientações sociais. Mercosul, Nafta e União Européia: constituição, estrutura, principais normas em matéria social. Livre Circulação de Trabalhadores: normas processuais do Mercosul.

Referências	ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. 24ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2019. 976 p. MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 15. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2015. 926 p. REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 17. ed., São Paulo: Saraiva, 2014. 440 p. SÜSSEKIND, Arnaldo. Direito internacional do trabalho. 3. ed., São Paulo: LTr, 2000. 449 p.

1.1.6 Direito Previdenciário	
Carga Horária	36 horas
Ementa	1) Seguridade social: conceito e princípios constitucionais. 2) Da organização da seguridade social. 3) Do custeio da seguridade social: sistema de financiamento, contribuições, isenções, remissão e anistia. Hipótese de incidência de contribuição. Arrecadação e recolhimento das contribuições. Responsabilidade pelo recolhimento. Prescrição e decadência. 5) Previdência social: conceito e princípios. Beneficiários e prestações da previdência social. Benefícios. Elementos básicos de cálculo do valor dos benefícios. Acidente do trabalho. Auxílio-doença. Aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente. Espécies de acidente do trabalho. 6) Nexo de causalidade. Nexo técnico epidemiológico. Comunicação de acidente de trabalho – CAT. Estabilidade acidentária. Responsabilidade pelo meio ambiente do trabalho. Ações regressivas. 7) Seguro-desemprego. Cumulação de benefícios e prescrição. Cômputo de tempo de contribuição. 8) Competência jurisdicional em matéria previdenciária. Regra geral e regra de transição. Contribuições. Aposentadorias e pensão. Previdência complementar. 9) Reforma previdenciária. 10) Perícia previdenciária. Recursos e jurisprudência, na esfera administrativa da Previdência Social. 11) Demandas previdenciárias.
Referências	BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. 8. ed., São Paulo: LTr, 2016. 167 p. BOLLMANN, Vilian. Hipótese de incidência previdenciária e temas conexos. São Paulo: LTr, 2005. 152 p.

	CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 20 ed., São José: Conceito Editorial, 2017. 987 p. LUGON, Luiz Carlos de Castro. LAZZARI, João Batista. Curso modular de direito previdenciário. Florianópolis: Conceito. 2007. 688 p. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 36. ed., São Paulo: Atlas, 2016. 536 p. MELO, Raimundo Simão de (Coord.); ROCHA, Cláudio Jannotti da. Constitucionalismo, trabalho, seguridade social e as reformas trabalhista e previdenciária. São Paulo: LTr, 2017. 558 p.

1.1.7 Direito Processual Civil	
Carga Horária	36 horas
Ementa	1) Normas fundamentais do Processo Civil. Princípios. 2) Jurisdição e competência. Cooperação judicial. Conflito de competência. Auxílio direto. Carta rogatória. 3) Ação e pretensão. Condições da ação. 4) Processo. Relação jurídica processual e relação jurídica material. Objeto do processo. Processo e procedimento. Tipos de processo. 5) Formação, suspensão e extinção do processo. Pressupostos processuais. Efetividade do processo. 6) Sujeitos da relação processual. Conciliadores e mediadores. Advogados. Defensoria Pública. Ministério Público. Advocacia Pública. Capacidade de ser parte e de estar em Juízo. Legitimação ordinária e extraordinária: substituição processual. Gratuidade de justiça. O Juiz. Intervenção de terceiros. Assistência. 7) Atos e procedimentos processuais. Procedimentos e ações especiais. Prazos. Despesas processuais. Honorários. 8) Tutelas provisórias. 9) Petição inicial: requisitos e vícios. Pedido. Cumulação de pedidos. 10) Resposta do réu: defesa direta e indireta. Reconvenção. Revelia. Conexão e continência de causa. Carência de ação. Litispendência. Julgamento conforme o estado do processo. 11) Audiência. Prova. Meios de prova. Ônus da prova. Iniciativa probatória do juiz e apreciação da prova. Prova emprestada. Indício e presunções. 12) Sentença. Coisa julgada e preclusão. 13) Recursos: disposições gerais. Princípios. Espécies. Recurso adesivo.

	Reexame necessário. Embargos de declaração. Recurso extraordinário e recurso especial. Reclamação. Súmula vinculante. 14) Incidente de uniformização de jurisprudência. 15) Fase de cumprimento da sentença. Processo de execução. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Responsabilidade patrimonial. Bens impenhoráveis. Obrigações de fazer e não fazer. Execução contra a Fazenda Pública; 16) Repercussão geral.
Referências	DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do novo processo civil. 2. ed., São Paulo: Malheiros, 2017. 263 p. DINAMARCO, Cândido Rantel. Instituições de Direito Processual Civil. Vol III. São Paulo, Malheiros, 2017. 895 p. FUX, Luiz. A Reforma do processo civil: comentários e análise crítica da reforma infraconstitucional do Poder Judiciário e da reforma do CPC. Rio de Janeiro: Impetus, 2006. 342 p. MORGADO, Andréa. Direito processual civil: ação, processo e procedimento. São José: Conceito Editorial, 2009. 109 p. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. O Novo Processo Civil. 2. ed., São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2016. 606 p. PORTANOVA, Rui. Princípios do processo civil. 12. Ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. 308 p. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil (amoldado ao novo CPC). Vol. I, 59. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Direito Processual do Trabalho	
Carga Horária	48 horas
Ementa	1) Princípios. Fontes. Autonomia. Singularidades do Direito Processual do Trabalho. Interpretação. Integração. Eficácia. Aplicação supletiva e subsidiária do CPC no Direito Processual do Trabalho. Direito Intertemporal. 2) Organização da Justiça do Trabalho. 3) O Ministério Público do Trabalho. Inquérito civil público. 4) Competência da Justiça do Trabalho: em razão da matéria, das pessoas, funcional e do lugar. Conflitos de competência. Homologação de Acordo Extrajudicial. 5) Ação

	Trabalhista. Partes, procuradores, representação, substituição processual. Assistência judiciária. Justiça gratuita. Jus postulandi. Mandato tácito. 6) Atos, termos e prazos processuais. 7) Vícios do ato processual. Espécies. Nulidades no Processo do Trabalho: princípios, arguição, declaração e efeitos. Preclusão. 8) Processo virtual e práticas processuais eletrônicas. 9) Dissídio individual: procedimento comum e sumaríssimo. 10) Petição inicial: requisitos, liquidação dos pedidos, emenda, aditamento, indeferimento. 11) Tutelas provisórias no Processo do Trabalho. 12) Audiência. Conciliação. 13) Resposta do reclamado. Revelia. Exceções. Contestação. Compensação. Reconvenção. 14) Provas no processo do trabalho. Depoimento pessoal. Documental. Testemunhal. Pericial. Inspeção judicial. Ônus da prova. 15) Sentença nos Dissídios Individuais. Honorários periciais. Honorários advocatícios. Termo de conciliação e seus efeitos perante as partes, terceiros e o INSS. 16) Recursos. Princípios, pressupostos de admissibilidade, procedimentos, efeitos. Recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento e embargos de declaração. Recurso adesivo. Recurso de revista. 17) Liquidação de sentença. Execução Trabalhista. Por impulso oficial e por iniciativa das partes. Impugnação aos cálculos. Mandado de citação. Penhora. Aplicação supletiva e subsidiária do CPC à execução trabalhista. 18) Embargos à Execução. Exceção de pré-executividade. Embargos de Terceiro. Fraude à execução. 19) Expropriação dos bens do devedor. Desconsideração da personalidade jurídica. Arrematação. Adjudicação. Remição. Execução contra a Fazenda Pública. Execução das contribuições previdenciárias. 20) Inquérito para apuração de falta grave. 21) Mandado de segurança individual e coletivo. 22) Sistema de precedentes. 23) Ações civis admissíveis no processo trabalhista: ação de consignação em pagamento, ação de prestação de contas, mandado de segurança, ação monitória, ação anulatória. 24) Ação civil pública. Ação civil coletiva. Legitimados, substituição processual, condenação genérica e liquidação. Coisa julgada e litispendência. 25) Dissídio coletivo. Sentença normativa. Ação de cumprimento. 25) Ação rescisória no processo do trabalho. 26) Correição parcial. Reclamação à instância superior. 27) Súmulas da jurisprudência

	uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho. 28) Incidente de uniformização da jurisprudência. Incidente de resolução de demandas repetitivas. 29) Lei nº 13.015/2014. 30) Jurisprudência aplicável do Tribunal Superior do Trabalho. Posicionamentos do TST acerca da Reforma Trabalhista produzida pela Lei 13.467/2017.
Referências	BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. Curso de direito processual do trabalho. 16. ed., São Paulo: LTr, 2018. 1848 p. CANUTO, Raimundo. Cálculos Trabalhistas passo a passo. 10. ed., São Paulo, Mundo Jurídico Editora, 2017. 675 p. CAVALCANTE, Jouberto de Quadros; JORGE NETO, Francisco Ferreira; NUNES, Elpídio Donizetti. Prática Jurídica Trabalhista. São Paulo: Grupo Gen/editora Atlas, 2018. LISBOA, Daniel (Org.); MUNHOZ, José Lúcio. Reforma trabalhista comentada por juízes do trabalho: artigo por artigo. 2. ed. rev. aum. atual. São Paulo, LTr, 2019. 632 p. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. 40 ed., São Paulo: Saraiva Plus, 2018. 1136 p. OLIVEIRA, Aristeu de. Cálculos trabalhistas. 23. ed., São Paulo: Atlas, 2018. 448 p. SARAIVA, Renato. Curso de direito processual do trabalho. 15. ed., São Paulo: Editora Método, 2017. 1055 p. SANCHEZ, Adilson. Tratado das verbas trabalhistas: lógica e cálculos trabalhistas. 4. ed., São Paulo: LTr, 2018. 200 p. SANTOS, José Aparecido dos. Curso de cálculos de liquidação trabalhista – dos conceitos à elaboração das contas. 5. ed. rev. e atual., Curitiba: Juruá, 2017. 703 p. SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho: de acordo com o novo CPC e Reforma Trabalhista – Lei n. 13.467/2017 e a IN. N. 41/2018 do TST. 15. ed. São Paulo: LTr, 2018. 1642 p.

Metodologia da Pesquisa	
Carga Horária	12 horas
Ementa	1) Aspectos iniciais sobre conhecimento e pesquisa. 2) Referente, Categoria e Conceito Operacional. 3) Fases da pesquisa. 4) Monografia e artigo científico. 5) Elaboração do projeto de TCC. 6) Estrutura do TCC. 7) Normas técnicas de elaboração do TCC.

Referências	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. COLZANI, Valdir Francisco. Guia para redação do trabalho científico. Curitiba: Juruá, 2002. 203 p. LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 7. ed., rev. atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 542 p. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed., São Paulo: Atlas, 2008. 315 p. MIESSA, Élison (Org.). Guia de direito e processo do trabalho para monografias TCC e pós-graduação. Salvador: Juspodivm, 2018. 672 p. PASOLD, Cesar Luiz. Prática da pesquisa jurídica e metodologia da pesquisa jurídica. 10. ed. rev. e ampl., Florianópolis: OAB/SC, 2007. 247 p. REIZ, Pedro. Manual de Técnicas da Redação Científica. 4. ed., São Paulo, Editora Hyria, 2017.

Direito Civil e Relações de Trabalho	
Carga Horária	24 horas
Ementa	1) Teoria Geral da Relação Jurídica. Fatos jurídicos. Negócios jurídicos. Obrigação. Teoria das nulidades. Atos ilícitos. 2. Teoria Geral da Responsabilidade Civil. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade subjetiva e objetiva. 3. Elementos da responsabilidade civil. Dano material e moral. Dano estético. Dano à imagem. Dano moral coletivo. Ato ilícito e culpa. Nexo causal. Excludentes. 4. Dano praticado por empregado, preposto ou terceirizado. 5. Assédio e discriminação nas relações de trabalho. Assédio sexual. Assédio moral. 6. Acidentes de trabalho. Acidente típico e doença ocupacional. 7. Prova pericial. 8. Indenizações decorrentes. 9. Prescrição e decadência.
Referências	BRANDÃO, Cláudio. Responsabilidade civil do empregador. 2. ed., São Paulo: LTr, 2007. 383 p. CHAMONE, Marcelo Azevedo. Responsabilidade civil nas relações de emprego por acidente ou doença relacionados ao trabalho. São Paulo: LTr, 2016. 117 p. DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Responsabilidade civil no direito do trabalho. 5. Ed., São Paulo: LTr, 2014. 461 p. LUCENA JUNIOR, Hamilton Novo. Responsabilidade civil no direito

	do trabalho: análise de casos práticos. Salvador: JusPodivm, 2018. 256 p. MEIRELES, Edilton. Abuso do direito na relação de emprego. São Paulo: LTr, 2005. 272 p. MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador. 3. ed., São Paulo: LTr, 2008. 472 p.

1.1.8 Técnicas e Habilidades Trabalhistas	
Carga Horária	48 horas
Ementa	1) Para elaboração da petição inicial. 2) Para elaboração da resposta do réu. 3) Técnicas de conciliação. 4) Instrução processual. Audiência. Depoimento pessoal. Prova documental, testemunhal, pericial. 5) Técnica de sentença. 6) Para elaboração de recursos. 6) Cálculos trabalhistas. 7) Impugnação da conta de liquidação de sentença.
Referências	ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. 18. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2007. 534 p. CALVET, Otavio Amaral. Magistratura do trabalho: sentenças de concursos resolvidas. 2. ed. Ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 287 p. CORTEZ, Julpiano Chaves. Prática trabalhista: cálculos. 17. ed.,São Paulo: LTr, 2014. 452 p. OLIVEIRA, Aristeu de. Cálculos trabalhistas. 26 ed., São Paulo, Atlas, 2014. 532 p. TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Petição inicial e resposta do réu no processo do trabalho. 2. ed., São Paulo: LTr, 2017. 369 p.

5 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

5.1 Infraestrutura e Funcionamento do curso

Será utilizada uma sala de aula com computador e data show.

5.2 **Cronograma**

De acordo com Edital.

6 TRABALHO DE CURSO

6.1 Da elaboração (TC)

Trabalho **individual** a ser desenvolvido na modalidade de artigo científico **ou Estudo de Caso**, a fim de promover a divulgação do conhecimento técnico desenvolvido em parceria com a universidade, acompanhado por professor-orientador com titulação de mestre ou doutor e avaliado por este**,** com conceito não inferior a "7,0", ou conceito equivalente. (de acordo com Regimento da Pós-Graduação da Uniplac)

6.2 Da Modalidade (TC)

Cada aluno deverá apresentar Trabalho de Conclusão de Curso, podendo optar mediante formulário escrito pela monografia ou artigo científico, que será avaliado pelo Professor-Orientador, com necessidade de obtenção de conceito não inferior a "B".

6.3 Do Acompanhamento (TC)

Professor orientador com titulação de mestre ou doutor.

6.4 Da Avaliação (TC)

Aprovação do trabalho de curso pelo professor orientador de conteúdo e pelo coordenador do curso, com conceito não inferior a "C".

7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

7.1 **Processo de Avaliação da Aprendizagem**

O processo de avaliação da aprendizagem seguirá as orientações do Regimento Geral da Uniplac e do Regimento Interno da Pós-graduação.

7.2 Processo de Avaliação do Curso

O curso será avaliado através de instrumentos elaborados conforme exigências legais do MEC pelo Programa Institucional de Avaliação da Uniplac. Ressalta-se que os processos avaliativos são acompanhados e supervisionados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

7.3 Da conclusão do curso

O aluno deverá cumprir o mínimo de setenta e cinco por cento de presença em cada disciplina contemplada pelo currículo do curso, sendo que em todas deverá obter o conceito "C" ou superior, fornecido pelo professor responsável de cada disciplina.

7.4 Da Emissão do Certificado

O Artigo 61 da Resolução Consuni n°186, de 03 de novembro de 2015 determina que os certificados serão registrados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Universitário.

§ 1º Após a conclusão de todos os módulos ou disciplinas com aproveitamento e frequência mínimos exigidos e a aprovação no Seminário de Práticas de Negócios, conforme critérios estabelecidos neste Regulamento, o aluno fará jus ao Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu*.

§ 2º O aluno que não voltar a se inscrever nos módulos ou disciplinas em que tenha sido reprovado ou não apresentar o Seminário de Práticas de Negócios dentro do prazo estabelecido não terá direito ao Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu.*

§ 3º O aluno reprovado em disciplina (s) ou no Seminário de Práticas de Negócios poderá cursá-los novamente, em outra turma do mesmo curso ou em outro que proporcione equivalência de estudos para fins de aproveitamento e conclusão.

§ 4º No caso de o aluno não concluir o Seminário de Práticas de Negócios, poderá requerer certificado de curso de extensão.

§ 5º Ao concluinte de disciplina (s) isolada (s) será conferido certificado de disciplina isolada com registro, válido para complementar estrutura curricular ou estudos.

O Art. 62 da Resolução Consuni n° 186, de 03 de novembro de 2015 determina quais certificados de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* deverão mencionar a área de

conhecimento do curso e ser acompanhados do respectivo histórico escolar, no qual devem constar, obrigatoriamente:

Relação das disciplinas, carga horária, conceito obtido pelo aluno, nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

Período em que o curso foi realizado e duração total;

Conceito obtido no Seminário de Práticas de Negócios;

Declaração da Instituição de que o curso cumpriu todas as disposições do presente Regulamento;

Citação do ato legal de credenciamento da Instituição.

8 CORPO DOCENTE

8.1 Disciplina, carga horária, nome do docente, titulação, instituição de origem

Andréa Maria Limongi Pasold	932.329.009-25	MSc.	Prof. UNIVALI	Direito Individual do Trabalho - 60h	Assoc. AMA
Luis Fernando Silva de Carvalho	620.252.012-49	MSc.	Prof. UNIVALI	Direito Processual Civil - 36h	Assoc. AMA
Desirré Dorneles de Ávila Bollmann	671.676.679-00	MSc.	Prof. CESUSC	Direito Coletivo do Trabalho - 24h	Assoc. AMA
Carlos Alberto Pereira de Castro	847.313.897-04	MSc.	Prof. CESUSC	Direito Previdenciário - 36h	Assoc. AMA
Denise Pinheiro	022.911.659-09	MSc.	Prof. UNIVALI	Direito Administrativo – 12h	Prestação s
Petterson Andrade Arruda	950.270.929-20	Msc.	Prof. UNIPLAC	Metodologia da pesquisa - 12h	Prestação s
Alessandro da Silva	017.955.819-64	MSc.	Prof. CESUSC	Direito Processual do Trabalho - 48h	Assoc. AMA
Sônia Maria Ferreira Roberts	490.461.369-49	MSc	Prof. CESUSC	Compliance Trabalhista – 12h	Assoc. AMA
Karine de Souza Silva	675.668.985-15	Drª.	Prof. UNIVALI	Direito Internacional e Comunitário - 12h	Prestação s
Ricardo Córdova Diniz	532.827.609-49	MSc.	Prof. UNIVALI	Técnicas e habilidades Trabalhistas - 48h	Assoc. AMA
Rodolfo Ferreira Pinheiro	028.913.549-40	MSc.	Prof. UNIVALI	Direito Constitucional - 36h	Prestação s
Michelle Denise Durieux Lopes Destri	770.614.469-00	MSc.	Prof. UNIVALI	Direito Civil e Relações de Trabalho – 24h	Assoc. AMA

8.2 Currículo *lattes* resumido dos docentes indicados

Em anexo

8.3 Identificação da Coordenação do Curso

8.3.1 Nome do (a) Coordenador (a)

Andréa Maria Limonji Pasold

8.3.2 Titulação do (a) Coordenador (a)

Mestre em ciência jurídica

8.3.3 Instituição de Formação do (a) Coordenador (a)

Graduação na UFSC – Mestrando na UNIVALI

8.3.4 Endereço do (a) Coordenador (a)

Rua Telêmaco Pereira Liberato, 145, apto 401, Fazenda, Itajaí, cep 88301-630

9 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme planilha da AMATRA

10 ANEXOS

Currículo Lattes Resumido

NOME	**Peterson Andrade Arruda**
TITULAÇÃO	Mestre em Métodos e Gestão em Avaliação na Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação em Ciências Sociais Uniplac 2000, Pós-Graduação em Economia e Gestão da Empresa Uniplac e MBA em Gestão Empresarial Hospitalar CRA/SC. Professor da Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac.
ATIVIDADE	Atualmente leciona nos cursos de graduação Engenharia Civil, Engenharia

	de Produção e Engenharia Elétrica, Administração e Ciências Contábeis da Uniplac/Lages-SC, nas disciplinas de Gestão de Pessoas, Teoria das Organizações I e II, Economia da Produção, Administração, Plano de Negócios e Marketing Aplicado à Contabilidade. Nos cursos de Pós graduação lato sensu leciona a disciplina de TC. Diretor e consultor da PA Consultoria Empresarial, atuando neste mercado desde o ano 2000.
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/2852830085954184

NOME	**Andréa Maria Limongi Pasold**
TITULAÇÃO	Graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-graduação lato sensu em Direito Civil pela Unisul e Mestrado em Ciência Jurídica pela Univali.
ATIVIDADE	Professora em cursos de pós-graduação da AMATRA12 e de cursos de extensão e capacitação
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/1613277316351552

NOME	**Sônia Maria Ferreira Roberts**
TITULAÇÃO	Graduação em Direito pela Universidade de Maringá Mestrado pela UNIVALI
ATIVIDADE	Pós-graduação da Amatra12
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/5455345178555879

NOME	**Alessandro da Silva**
TITULAÇÃO	Doutor em Ciências Jurídicas
ATIVIDADE	Professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/1458867664958210

NOME	**Michelle Denise Durieux Lopes Destri**
TITULAÇÃO	Mestre em Direito pela UFSC
ATIVIDADE	Leciona aulas nos cursos de pós-graduação da Amatra12
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/1433054762153055

NOME	**Carlos Alberto Pereira de Castro**
TITULAÇÃO	Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa
ATIVIDADE	Leciona aulas nos cursos de pós-graduação da Amatra12
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/2577359791034024

NOME	**Denise Pinheiro**
TITULAÇÃO	Graduação em Direito pela UFSC Mestrado em Direito pela UFSC Doutorado em Direito pela UFSC
ATIVIDADE	Professora Adjunta do curso de Administração Pública da UDESC/ESAG. Professora na Pós-Graduação da AMATRA12
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/1665241913701389

NOME	**Ricardo Córdova Diniz**
TITULAÇÃO	Mestre em Ciência Jurídica
ATIVIDADE	Sou professor da Univali, Processo do Trabalho e Direito do Trabalho e do Curso de pós-graduação da AMATRA12
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/8605762164993660

NOME	**Karine de Souza e Silva**
TITULAÇÃO	Doutorado pela UFSC Mestrado pela UFSC
ATIVIDADE	Professora dos Programas de Pós-graduação em Direito e em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa PQ CNPq. Realizou Pós-Doutorado na Katholieke Universiteit Leuven e na Université Libre de Bruxelles, Bélgica. Doutora e Mestre em Direito Internacional pela Universidade Federal de

	Santa Catarina; Fez Estágio Doutoral na Universidad de Sevilla /Espanha. Fez Pós-graduação lato sensu na Universidad Internacional de Andalucía, Espanha. Professora visitante da Universidade Técnica de Moçambique, da Middlebery University, nos Estados Unidos, Universidade do Minho, em Portugal, da Universidade de Pisa, na Itália, da Universidad de Valladolid, Espanha, entre outras. Atuou como assessora do Gabinete de Transição do Governo Lula, na Pasta de Relações Exteriores. É coordenadora do "Améfrica-EIRENE - Centro de Pesquisas e práticas Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional", e do projeto de extensão "Núcleo de Acolhimento a pessoas Imigrantes e Refugiadas". É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negras e Negros/ABPN. É professora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Agência das Nações Unidas para Refugiados. Tem experiência na área de Epistemologias críticas Decoloniais e afro-diapóricas aplicadas ao Direito Internacional e às Relações Internacionais, com ênfase em: 1) Direito Internacional e Relações Raciais; 2) Raça, branquitude e a de(s)colonização das Relações Internacionais; 3) Diáspora africana, migrações e refúgios
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/2759073114468670

NOME	**Luis Fernando Silva de Carvalho**
TITULAÇÃO	Mestre pela UFSC
ATIVIDADE	Professor emcursos de pós-graduação em Direito. Autor de artigos e de capítulos de livros jurídicos.
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/2896581967949272

NOME	**Desirré Dorneles de Ávila Bollmann**
TITULAÇÃO	Mestre em Ciência Jurídica (Univali)
ATIVIDADE	Ministra disciplina isolada de Direito Coletivo junto a Pós-Graduação de Direito do Trabalho Amatra12. Ministra aula isolada como professora convidada da UFSC
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/1419676372407627

NOME	**Rodolfo Ferreira Pinheiro**
TITULAÇÃO	Doutorando em Direito (UNOESC - Chapecó 2020) Mestre em Direitos Fundamentais Civis (UNOESC - Chapecó 2018)
ATIVIDADE	Professor de Direito Administrativo e Constitucional.
ENDEREÇO	http://lattes.cnpq.br/2428424096312834